

Sematec pune quem mora nas áreas de preservação

Fabiana Fernandes

Após o encerramento da Semana do Meio Ambiente, a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) vai iniciar a atuação dos moradores de ocupações irregulares na Área de Proteção Ambiental Gama — Cabeça de Veado. Dentre as penalidades estão multas que variam de uma a mil UPDF (até Cr\$ 19,4 milhões), embargo da propriedade e até a interdição das áreas ocupadas.

Segundo relatório elaborado pela própria Sematec, existem 51 ocupações irregulares entre as quadras 14 e 25 do Setor de Mansões Park Way. Nestas áreas moram empresários, funcionários públicos, advogados, engenheiros, jornalistas e alguns trabalhadores rurais, garis e domésticas.

A prefeitura do Park Way e Vargem Bonita entrou com um processo contra estas acupações em área pública. Os autos estão aguardando análise da promotora Diva Lucy de Faria Pereira, da Curadoria do Meio Ambiente. A Sematec já elaborou três laudos técnicos solicitados pelos promotores que atuaram no caso desde o início.

A Secretaria informou, através de seus relatórios, que existem invasões nas margens das nascentes e córregos, configurando irregularidade em área de proteção perma-

nente, desmatamentos, caça predatória, poluição dos mananciais, utilização de fertilizantes e defensivos agrícolas acima do necessário e criação de vários animais soltos.

Omissão

O prefeito do Park Way e Vargem Bonia, Antônio Carlos Sigmaringa, acusa o Governo de omissão diante destes fatos. Ele garantiu que houve uma ação transitada em julgado. “A Procuradoria do GDF cogitou a possibilidade de assentar os moradores ou remanejá-los” afirmou. Segundo o prefeito, a Procuradoria não deveria contestar a ação sob a justificativa de que são pequenos agricultores que encontram aí seu meio de subsistência. “Sabemos que há inúmeros colarinhos-brancos”, disse Carlos Sigmaringa.

O superintendente do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente (Iema), Leonel Pereira, disse que a Sematec tem conhecimento da gravidade do problema. Segundo ele, 30% da água limpa do Lago Paranoá vêm daquela Apa. O superintendente destaca que investimentos com rede de esgoto são desnecessários se não houver o controle dos adensamentos populacionais em áreas de proteção permanente.

Leonel Pereira lembra ainda que a Bacia do Descoberto e a de

São Bartolomeu, submetidas à proteção do Governo Federal, enfrentam problemas semelhantes. Ele afirmou que na Apa de São Bartolomeu existem mais de 200 loteamentos irregulares. No caso da Sematec, a maior dificuldade concentra-se no reduzido número de profissionais que atuam na fiscalização, que hoje são quatro.

Dentro de poucos meses haverá um concurso que ampliará este quadro em 50 profissionais. Além disso, cerca de 100 novos funcionários serão contratados. A Sematec trabalha em conjunto com a Polícia Florestal que conta com 120 guardas, mas a equipe está em fase de treinamento.

Conselho

Outra reivindicação da Prefeitura é a criação efetiva do Conselho Supervisor das Unidades de Conservação do Distrito Federal (Consucon), que foi criado em 10 de junho de 1988 e até hoje não existe. Entre abril de 1986 e dezembro do mesmo ano existia o Conselho Supervisor da Apa extinto e substituído pelo Consucon. Durante o período em que não havia nenhum dos órgãos para fiscalizar os prejuízos a Apa, os adensamentos populacionais irregulares foram se acumulando.